

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE AUDITORIA EXTERNA PARA EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE.

RESUMO

Este estudo investiga a relevância do processo de auditoria para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), com foco na identificação dos fatores que motivam essas organizações a se submeterem a auditorias externas e nos benefícios obtidos. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa por meio de revisão bibliográfica, analisando a literatura especializada dos últimos 20 anos na área. Os resultados revelam que as PMEs optam pela auditoria externa principalmente para fortalecer o controle interno da organização e para cumprir exigências contratuais que envolvem auditoria contábil. Entre os principais benefícios destacam-se o diagnóstico preciso da situação patrimonial e financeira, a identificação e correção de erros na escrituração contábil, bem como o cumprimento das condições contratuais estabelecidas. Conclui-se que a auditoria desempenha um papel crucial na gestão financeira e na conformidade das PMEs, proporcionando informações confiáveis para a tomada de decisões estratégicas.

Palavra-chave: Auditoria; Pequenas e Médias Empresas; Controle interno; Benefícios financeiros; Revisão contábil.

ABSTRACT

This study investigates the relevance of audit processes for Small and Medium Enterprises (SMEs), focusing on identifying the factors that motivate these organizations to undergo external audits and the benefits obtained. The research adopted a qualitative approach through a literature review, analyzing specialized literature from the past 20 years in the field. The results reveal that SMEs opt for external audits primarily to strengthen internal control within the organization and to comply with contractual requirements involving financial audits. Key benefits include an accurate diagnosis of the financial and asset situation, identification and correction of errors in financial reporting, as well as compliance with contractual conditions. It is concluded that audits play a crucial role in financial management and compliance for SMEs, providing reliable information for strategic decision-making.

Keyword: Audit; Small and Medium Enterprises; Internal control; Financial benefits; Financial review.

1. INTRODUÇÃO

A origem da auditoria externa remonta ao período da Revolução Industrial, quando uma mudança significativa no modelo de negócios levou as empresas a abandonarem estruturas predominantemente familiares em favor de modelos com múltiplos investidores, seja por oportunidade de mercado ou por pressões competitivas crescentes. Nesse contexto, a opinião imparcial de um auditor sobre a saúde financeira das organizações tornou-se crucial para investidores em potencial, conforme destacado por Almeida (1996).

Os anos subsequentes à Revolução Industrial solidificaram o papel dos auditores na construção da confiança do mercado tanto em novas empresas quanto na estabilidade de

42 negócios estabelecidos há muito tempo. Paralelamente, as Pequenas e Médias Empresas
43 (PMEs) também passaram a adotar a prática de auditoria externa. Apesar de não serem
44 obrigadas por lei, essas empresas optam voluntariamente pela auditoria externa para reforçar
45 sua performance e aumentar a confiança nos números apresentados em suas demonstrações
46 financeiras, além de identificar e aprimorar lacunas no controle interno, beneficiando-se da
47 perspectiva independente de consultores externos como explicado por Guanandy e Almeida
48 (2017).

49 Diante desse contexto histórico e da relevância contemporânea da auditoria externa para
50 PMEs, este estudo tem como objetivo destacar a importância, os benefícios e os fatores que
51 motivam a contratação de auditoria externa por Empresas de Pequeno e Médio Porte. Para os
52 propósitos deste estudo, consideram-se PMEs aquelas com faturamento anual entre R\$ 360 mil
53 e R\$ 300 milhões, conforme classificação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
54 e Social (BNDES).

55 Este texto fortalece a introdução ao situar historicamente a evolução da auditoria externa
56 e explicar como essa prática se tornou essencial também para as PMEs, além de enfatizar que
57 a decisão de se submeter à auditoria externa é voluntária para essas empresas, delineando
58 claramente o objetivo e o escopo da pesquisa conforme as etapas estruturais definidas
59 (introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos
60 resultados, e considerações finais).

61 **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

62 O estudo da auditoria externa, bem como funciona os processos de auditoria nas
63 organizações contemporâneas, permite ao leitor o entendimento do presente estudo. Os pontos
64 a seguir, abordam os principais tópicos relacionados a temática.

65 **2.1 Contexto histórico**

66 Segundo Almeida (1996), a auditoria externa ou auditoria independente surgiu em
67 paralelo ao desenvolvimento do capitalismo no século XVII. Em virtude da Revolução
68 Industrial, houve um movimento forte de impulsionamento na mudança do modelo de negócio
69 do período, quando a maioria das empresas eram negócios fechados e conduzidos por grupos
70 familiares. Contudo, devido às mudanças estimuladas pela conflagração da Revolução, essas
71 empresas passaram a enfrentar um cenário onde os empreendimentos familiares, ou recebiam
72 aportes de investidores ou decretavam falência por não suportar a concorrência crescente. E é
73 neste cenário que o trabalho da auditoria externa começa a ganhar força, pois a ratificação do
74 potencial de crescimento das organizações era avaliada e testificada pelo parecer dos auditores
75 externos.

76 [...] com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência,
77 houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e
78 administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os
79 controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando à
80 redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos e
81 serviços do mercado.(...) Por conseguinte, a empresa teve de captar esses
82 recursos junto a terceiros, principalmente mediante empréstimos bancários a
83 longo prazo, emissão de debêntures e abrindo seu capital social para novos
84 acionistas. No entanto, esses futuros investidores precisavam conhecer a
85 posição patrimonial e financeira, a capacidade de gerar lucros (e caixa) e como

86 estava sendo efetuada a administração financeira dos recursos na empresa
87 (natureza das fontes de recursos e aplicação destes). (Almeida, 1996).

88 Os primeiros registros referente a auditoria contábil datam do período da passagem do
89 século XVII para o século XVIII, mas ao longo das décadas seguintes, a auditoria foi
90 transformando-se em um instrumento valioso para uma compreensão ainda mais fidedigna da
91 posição patrimonial e financeira das organizações. Adicionalmente, um marco relevante foi a
92 queda da bolsa de Nova York em 1929, pois, dada a proporção de empresas entrando em
93 falência após um período de grande estímulo ao consumo e de confiança na economia
94 americana, o cenário econômico enfraquecido exigia a criação de regras e normas de auditoria
95 e contabilidade para as entidades listadas na bolsa estadunidense e, assim, as informações
96 divulgadas pelas companhias fossem mais transparentes e a confiança no mercado americano
97 fosse restabelecida.

98 Dessa forma, conforme Pinho (2007, p.6), no início dos anos 1930, foi instituída a
99 obrigatoriedade de as empresas cotadas na bolsa de valores terem suas demonstrações
100 financeiras auditadas por auditores independentes e, nos anos seguintes, a decisão foi replicada
101 em outras economias do mundo.

102 No início dos anos 30, é criado o famoso Comitê May, um grupo de
103 trabalho instituído com a finalidade de estabelecer regras para as empresas que
104 ‘tivessem suas ações cotadas em bolsa, tornando obrigatória a Auditoria
105 Contábil Independente nos demonstrativos contábeis dessas empresas. (Pinho,
106 2007).

107 No Brasil, os processos mais marcantes aconteceram após a Segunda Guerra Mundial,
108 visto que, até então, o país possuía um perfil essencialmente agrário e sem uma indústria
109 nacional desenvolvida, e, a partir do fim da Guerra passou a sofrer com a influência de algumas
110 intervenções e acontecimentos no cenário brasileiro e internacional que fomentaram e
111 induziram o crescimento da economia e permitiram a abertura econômica para o mercado
112 internacional atraindo investimentos, a exemplo das políticas trabalhistas durante o Estado
113 Novo (1937 – 1945), que ampliou direitos dos trabalhadores e influenciou no poder econômico
114 das famílias e elevou conseqüentemente o consumo.

115 Mais a frente, durante o governo Dutra (1946 – 1951), as medidas adotadas, foram
116 marcados por uma política externa alinhadas aos interesses norte-americanos e, por
117 conseguinte, facilitou a abertura econômica do país e atraiu capital e empresas norte-
118 americanas. Além disso, já havia, por parte do governo, investimentos e estímulos financeiros
119 na indústria nacional, sendo a criação do BNDES em 1952 e a da Petrobrás em 1953, um
120 exemplo das medidas tomadas para fortalecer o país.

121 Diante desse cenário, com a indústria e a economia em um processo de expansão, e com
122 a presença gradativa de subsidiárias e filiais de multinacionais, provenientes essencialmente
123 da Europa e dos Estados Unidos, a necessidade de se ter leis e normas que acompanhassem essa
124 evolução era algo natural, tanto para fins fiscais como para transparência nos negócios.

125 Dentro dessa conjuntura, convenientemente, a auditoria acompanhou as mudanças e
126 necessidades, ganhando importância devido ao crescimento exponencial das empresas. sendo o
127 ano de 1965 um marco importante tanto para a profissão de auditor, como para a auditoria em
128 si, com a aprovação pelo Banco Central da Lei n.º 4.728 de 14 de julho de 1965, que disciplinou
129 o mercado de capitais e as medidas para o seu desenvolvimento, assim como determinou o

130 processo de auditoria para os fundos em condomínio, reforçando o papel e o valor do auditor
131 para os empreendimentos.

132 Ademais, outro marco relevante foi a aprovação da Lei n.º 6404 de 15 de dezembro de
133 1976, que dispunha sobre as sociedades por ações e que regulamentou, em seu art. 177,
134 paragrafo 3.º, a obrigatoriedade de companhias abertas serem auditadas.

135 Anos mais tarde, em 2007, a auditoria independente avança com a aprovação da Lei n.º
136 11.638 de 28 de dezembro de 2007, juntamente com Medida Provisória n.º 449 de 3 de
137 dezembro de 2008, convertida em 27 de maio de 2009 na Lei n.º 11.941. Assim sendo, as
138 demonstrações financeiras de empresas de grande porte e não somente as sociedades anônimas
139 com capital aberto passaram a ser obrigadas a se submeter à avaliação de auditores
140 independentes. Desta forma, o campo de atuação dos auditores se ampliou consideravelmente
141 e o território brasileiro tornou-se um solo fértil para a instalação e consolidação de empresas de
142 auditoria estrangeiras e para a criação de empresas nacionais no segmento.

143 Segundo Almeida (1996), nos anos seguintes, com o mundo corporativo passando por
144 diversas mudanças, a atuação da auditoria foi se consolidando como um elemento essencial
145 para o bom desempenho do mercado de capitais e financeiro, pois, o parecer dos auditores, ao
146 atestar a confiança da informação contábil, contribuía para a concepção de um cenário de
147 negócios insuspeito, favorecendo a atuação de diversos agentes econômicos fundamentais para
148 o mercado. Desta forma, o parecer de auditoria passou a ser um instrumento para auxiliar na
149 tomada de decisões, minimizar riscos, apresentando soluções e conferindo credibilidade as
150 demonstrações financeiras ao atestar a integridade da empresa que adotavam boas práticas
151 contábeis.

152 Com a auditoria se consolidando como um recurso importante para as organizações,
153 sendo um instrumento muito usado por acionistas e investidores para se certificar da veracidade
154 da informação contábil e da posição patrimonial e financeira das entidades, o parecer dos
155 auditores tornou-se um elemento estratégico importante para uma visão mais abrangente e
156 externa sobre a empresa e o setor em que está inserida, podendo, dessa maneira, antecipar a
157 exposição a riscos inerentes a atividade e ao mercado.

158 Desta forma, esse artigo visa ressaltar a importância da auditoria externa para empresas
159 de pequeno e médio porte, e, por empresas de pequeno e médio porte, considera-se empresas
160 que possuem o faturamento anual na faixa de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões de renda operacional
161 bruta ou renda anual, conforme classificação do BNDES.

162 **2.2 Auditoria contábil**

163 Auditoria contábil consiste na coleta, no exame e na avaliação das operações,
164 procedimentos, transações e práticas contábeis de uma organização, além de, ao final do
165 trabalho de auditoria, e, portanto, após a análise cabal das demonstrações financeiras da
166 entidade, emitir ao mercado um parecer imparcial da informação avaliada, de modo a servir de
167 apoio nas tomadas de decisões dos usuários da informação contábil, Conforme Araújo (2008).

168 A auditoria é, simplesmente, a comparação imparcial entre o fato concreto e
169 o desejado, com o intuito de expressar uma opinião ou de emitir comentários,
170 materializados em relatórios de auditoria (Araújo, 2008).

171 Segundo o International Federation of Accountants (IFAC, 2010), o objetivo da
172 auditoria é elevar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Esse
173 resultado é alcançado mediante a expressão da opinião dos auditores sobre as demonstrações
174 financeiras examinadas em todos os aspectos relevantes, em especial, se estão conforme às
175 normas contábeis vigentes, daí a relevância do trabalho das auditorias independentes.

176 As práticas de auditoria surgiram da necessidade de controlar e acompanhar a evolução
177 do patrimônio e de confirmar se a informação contábil divulgada pelas entidades realmente
178 eram confiáveis, e como a contabilidade é a ciência que estuda e registra os atos e fatos
179 contábeis que afetam o patrimônio, a auditoria é entendida como uma especialização da
180 contabilidade cujo fim é testar a eficiência do controle patrimonial e financeiro das
181 organizações, segundo Pinho (2007).

182 Os procedimentos de auditoria são o conjunto de procedimentos
183 técnicos com base nos quais o auditor obtém evidências ou provas que sejam
184 suficientes e adequadas para fundamentar o seu parecer sobre as
185 demonstrações contábeis auditadas. Os procedimentos de auditoria são
186 adotados: antes do encerramento do exercício; na data de seu término; após o
187 encerramento do exercício e antes da elaboração das demonstrações; depois
188 da elaboração das demonstrações. (Ferreira, 2004).

189 No Brasil, por conta da legislação societária, a auditoria contábil é obrigatória para as
190 entidades membros do mercado de capitais e para as entidades consideradas de grande porte.
191 Assim, elas devem divulgar todas as informações pertinentes as demonstrações financeiras,
192 como o relatório da Administração, as demonstrações contábeis, as notas explicativas, o parecer
193 do conselho fiscal e o parecer dos auditores, como forma de garantir transparência nos negócios
194 e assegurar a veracidade da informação contábil.

195 Outro ponto relevante em relação à auditoria é que, embora esta seja fundamental para
196 proporcionar confiança nas demonstrações das companhias, a auditoria externa não detecta
197 fraudes, não aponta erros da administração ou mesmo interfere no trabalho dos administradores
198 das entidades. Segundo Almeida (1996, p.32), “o auditor externo deve examinar as
199 demonstrações contábeis conforme as normas de Auditoria geralmente aceitas; portanto, não é
200 seu objetivo principal detectar irregularidades (roubos, erros propositais, etc.)”. Além disso, os
201 auditores não podem remodelar processos internos de qualquer ordem, nem demitir
202 funcionários da organização. Assim sendo, o parecer dos auditores pode apenas auxiliar no
203 processo de decisão que culmina na remodelação de procedimentos que possam melhorar o
204 controle interno da organização e indicar metodologias que possam ser otimizadas, no entanto,
205 esses ajustes devem partir dos gestores da organização e não da auditoria.

206 **2.3. Auditoria externa em empresas de pequeno e médio porte.**

207 A auditoria tem o objetivo de examinar os registros das atividades desenvolvidas por
208 uma empresa de modo a mensurar a exatidão em que uma organização segue os Princípios,
209 padrões e normas contábeis aceitas, emitindo ao final um parecer com a opinião quanto a
210 confiabilidade das demonstrações financeiras da companhia auditada.

211 No âmbito das Pequenas e Médias Empresas, conforme Guanandy e Almeida (2017)
212 não existe uma exigência legal para que sejam auditadas e suas demonstrações financeiras
213 divulgada, além disso, soma-se o fato de que quase sempre, ser auditado é um tabu nas
214 organizações, seja pelo fato da auditoria levantar e pontuar erros internos ou mesmo pelo temor

215 dos auditores identificarem alguma conduta ou prática que possa ser enquadrada como
216 inadequada ou mesmo como uma fraude.

217 No âmbito das pequenas e médias não existe exigência de auditoria
218 externa independente, salvo casos em que existam cláusulas contratuais entre
219 agentes econômicos, por exemplo, credores ou fornecedores que exigem
220 auditoria como instrumento de fortalecimento dos controles internos dessas
221 empresas ou para resguardar as relações comerciais, além das situações em
222 que PMEs façam parte de setores regulados por norma específica que faça
223 exigência de tal atividade. Contudo, esse grupo de empresas pode optar por
224 contratar serviços de auditoria externa de forma voluntária e sinalizar ao
225 mercado maior qualidade em suas demonstrações financeiras (Guanandy e
226 Almeida, 2017).

227 No que tange aos procedimentos realizados para que as PME's sejam auditadas, o
228 objetivo da equipe de auditoria é o mesmo que o da auditoria de entidades obrigadas a fazê-la,
229 assim sendo, o escopo de trabalho não foge muito dos procedimentos que seriam realizados em
230 uma empresa de capital aberto ou mesmo de grande porte, o que pode variar é a metodologia
231 empregada no momento de validar as rubricas contábeis testadas, o que pode mudar conforme
232 a firma de auditoria que realizar os procedimentos e de acordo com a complexidade da operação
233 da empresa auditada.

234 Os objetivos do auditor são os mesmos para auditorias de entidades
235 de diferentes portes e complexidades. Contudo, isso não significa que toda
236 auditoria será planejada e executada exatamente da mesma maneira. As
237 normas de auditoria reconhecem que os procedimentos de auditoria
238 específicos que devem ser realizados para que sejam atingidos os objetivos do
239 auditor e cumpridos os requisitos das normas podem variar consideravelmente
240 dependendo de se a entidade auditada é de grande ou pequeno porte e se é
241 complexa ou relativamente simples (IFAC, 2010).

242 Formalmente, não existem estudos que investiguem se as PMEs auditadas são mais
243 transparentes ou mesmo mais promissoras que empresas do mesmo perfil que nunca foram
244 auditadas. Entretanto, considerando estudos como o de Guanandy e Almeida (2017), existem
245 evidências que a presença de auditores contribuem com a qualidade das demonstrações
246 contábeis, uma vez que é atestado a qualidade dos números divulgados no mercado, reduzindo,
247 desta forma, assimetrias na informação publicada.

248 **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

249 Considerando o objetivo da pesquisa de identificar os fatores que levam PMEs a
250 contratarem serviços de auditoria contábil, mesmo sem obrigação legal, adotamos uma
251 abordagem qualitativa bibliográfica. Inicialmente, conceituamos auditoria externa e
252 exploramos sua origem e importância, conforme Gil (2010), buscando ampliar o entendimento
253 por meio de diversas perspectivas acadêmicas.

254 Para selecionar os artigos científicos que embasaram este estudo, adotamos critérios
255 específicos, priorizando estudos de caso e artigos mais recentes. Identificamos inicialmente 20
256 artigos e, após análise criteriosa, selecionamos 8 que abordavam diretamente a auditoria
257 contábil em pequenas e médias empresas, bem como a relevância do parecer de auditoria para
258 essas organizações. Os artigos escolhidos estão elencados no quadro abaixo.

259 **Quadro 1:** Artigos que embasaram a pesquisa.

Autor (es)	Ano	Título do trabalho	Objetivo do trabalho
Paulo Pinto; Eduardo Prado.	2019	Auditoria: um estudo de caso em uma empresa de Mogi Mirim analisando a percepção de diferentes níveis hierárquicos sobre esta função.	Analisar a percepção dos colaboradores em relação aos impactos e percepções da auditoria externa na organização estudada.
Francesca Guanandy; José Almeida.	2017	Pequenas e Médias Empresas e Disclosure Obrigatório: Efeitos do Padrão Contábil Adotado e da Auditoria Externa	Analisar os resultados da contratação de firma de auditoria por pequenas e médias empresas.
Rafael Andrade, Wellington Orides, Edina Kinzler.	2017	Serviço de auditoria externa no setor de recursos humanos.	Analisar quais as vantagens da auditoria externa para o setor de gestão de pessoas de Pequenas e Médias Empresas.
Aline Cardoso; Eloir Vieira.	2017	Auditoria contábil como instrumento de gestão para as pequenas e médias empresas.	Analisar como auditoria contribuem para a boa administração de pequenas e médias empresas e qual vantagem estratégica obtida.
Rosane Bertuzze; Tayse Vanin; Maria Denardi; Leandro Crestani.	2016	Auditoria externa: estudo de caso em um comércio de peças agrícolas de médio porte, da região de marechal cândido rondon.	Analisar os efeitos da auditoria externa no controle do estoque da empresa estudada.
Miriam Frosi.	2015	Evolução histórica da auditoria no Brasil e no mundo e as tendências em âmbito nacional.	Analisar a origem da auditoria, a evolução do trabalho do auditor e da auditoria, suas contribuições no cenário econômico e as

			expectativas futuras em relação à auditoria contábil.
Vitor Hugo Lopes.	2011	A auditoria independente como ferramenta de gestão para empresa do setor alimentício que não está sujeita a ela.	Analisar como o processo de auditoria contribui na gestão da empresa a partir do ponto de vista da administração da organização.
Sem autor	2010	Guia de Utilização das Normas de Auditoria em Auditorias de Entidades de Pequeno e Médio Portes.	Estabelecer diretrizes para a auditoria de Pequenos e Médios negócios, considerando suas peculiaridades e o cenário econômico em que estão inseridas.

260 **Fonte:** Autoria própria (2024).

261 A primeira etapa da pesquisa foi dedicada a elucidar a importância da auditoria externa
262 e contábil para PMEs, investigando os principais motivos que influenciam na decisão de
263 contratação desses serviços e compreendendo os benefícios que estas organizações obtêm desse
264 processo. Além disso, buscamos identificar os resultados obtidos e almejados pelas empresas
265 auditadas, assim como o impacto do parecer de auditoria em suas operações e na percepção
266 externa de sua gestão financeira.

267 Este processo metodológico permitiu delimitar o escopo do estudo e fundamentar nossa
268 análise na literatura especializada, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos
269 benefícios e desafios associados à auditoria externa para PMEs.

270

271 **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

272 O presente estudo ressaltou a importância da auditoria externa para as Pequenas e
273 Médias Empresas, examinando os fatores que levam essas organizações a contratarem serviços
274 de auditoria externa, o objetivo das PMEs ao contratar auditores independentes e os Benefícios
275 colhidos. Além disso, enfatizou a importância das práticas de auditoria independente do porte
276 da organização e em como esse serviço pode ser um instrumento vital para o crescimento de
277 negócios, bem como um recurso facilitador na adaptação a diferentes cenários econômicos
278 contribuindo com a eficiência no controle interno da organização.

279 A proposta inicial do estudo foi avaliar a relevância da auditoria independente para
280 PMEs, explorando os fatores que as incentivam a contratar firmas de auditoria independente
281 para avaliar suas demonstrações financeiras, mesmo não sendo legalmente obrigadas a se
282 submeterem a auditorias externas conforme a Lei 11.638. Ao longo da pesquisa, as informações
283 apresentadas foram corroboradas pelos autores mencionados no quadro abaixo, evidenciando

284 como a auditoria se configura como um instrumento de gestão vital, capaz de prevenir e detectar
 285 problemas, oferecer suporte para decisões estratégicas e contribuir para o desenvolvimento e
 286 implementação de novas soluções.

287 **Quadro 2:** Conclusão dos autores estudados sobre a importância da auditoria externa para as PME's.

Autor (es)	Ano	Título do trabalho	Conclusão do Autor
Paulo Pinto; Eduardo Prado.	2019	Auditoria: um estudo de caso em uma empresa de Mogi Mirim analisando a percepção de diferentes níveis hierárquicos sobre esta função.	O trabalho da auditoria é percebido e bem recebido pelas organizações, independente do setor e do nível hierárquico do colaborador que tenha contato com os auditores. O corpo interno consegue perceber e entender os pontos levantados pela auditoria, os colaboradores tendem a ser resistentes as demandas geradas e cobradas pelos consultores externos, mas percebem em como o trabalho agrega a organização e ao trabalho. Em geral, os colaboradores conseguem perceber as melhorias geradas, mas entendem que gera para a companhia mudanças e mais trabalho.
Francesca Guanandy; José Almeida.	2017	Pequenas e Médias Empresas e Disclosure Obrigatório: Efeitos do Padrão Contábil Adotado e da Auditoria Externa	A adesão das PMEs a auditoria contábil contribui com ratificação da importância do papel exercido por elas, além de agregar com a qualidade da informação contábil disponíveis no mercado, mesmo que não sejam obrigadas a serem auditadas.
Rafael Andrade, Wellington Orides, Edina Kinzler.	2017	Serviço de auditoria externa no setor de recursos humanos.	A auditoria com foco na gestão de recursos humanos permite a identificação de práticas contábeis e administrativas que não estejam em conformidade com as leis trabalhistas e previdenciárias. Fornecendo ao administrador base para ajustes e aprimoramento do controle interno da organização.

Aline Cardoso; Eloir Vieira.	2017	Auditoria contábil como instrumento de gestão para as pequenas e médias empresas.	O cenário atual, que é complexo e altamente competitivo, obriga as PMEs a adotarem práticas que prolongam a permanência com relevância no mercado. Assim sendo, a auditoria é um importante instrumento para eficiência do controle interno da organização, pois identifica problemas internos e propõe soluções, além disso, o parecer dos auditores da credibilidade aos números apresentados, confiança aos investidores e demais interessados na companhia, transmitindo confiança aos negócios e perspectiva de futuro para atrair novos investidores.
Rosane Bertuzze; Tayse Vanin; Maria Denardi; Leandro Crestani.	2016	Auditoria externa: estudo de caso em um comércio de peças agrícolas de médio porte, da região de marechal cândido rondon.	A auditoria tem a função de mostrar a organização auditada onde estão ocorrendo falhas, até mesmo mostrar como proceder para que as devidas correções sejam realizadas. Independente da área, a auditoria consegue identificar gaps e ajudar a solucioná-los.
Miriam Frosi.	2015	Evolução histórica da auditoria no brasil e no mundo e as tendências em âmbito nacional.	Historicamente, é difícil definir uma data para o surgimento da auditoria, no entanto é possível classificar a sua importância para as organizações e para os negócios. A auditoria é capaz de expressar de maneira clara a real situação financeira e patrimonial das demonstrações financeiras de uma organização. Além de que, nos últimos anos, a regulação da atividade de auditoria contábil vem passando por transformações que aprimoram e trazem mudanças ao exercício da função de auditor, que permite à atividade permanecer atual e relevante

			independente do cenário econômico.
Vitor Hugo Lopes.	2011	A auditoria independente como ferramenta de gestão para empresa do setor alimentício que não está sujeita a ela.	A auditoria contribui com a identificação de erros, orienta a administração quanto aos principais pontos a serem ajustados para que esta avance com o aperfeiçoamento do controle interno da organização. Auxilia a companhia no desenvolvimento das atividades e no cumprimento do que prega as normas contábeis e, por fim, sendo uma ferramenta estratégica de gestão para empresas com potencial de crescimento como as PMEs.
Sem autor	2010	Guia de Utilização das Normas de Auditoria em Auditorias de Entidades de Pequeno e Médio Portes.	A auditoria de pequenas e médias entidades contribui com o desenvolvimento da economia nacional, agregando ao interesse público e fortalecendo a confiança nas empresas modernas e na sua importância para a sociedade. Ao estabelecer o procedimento a ser seguido na auditoria dessas organizações, levando em consideração o contexto em que estão inseridas e as suas peculiaridades, contribui-se com o seu desenvolvimento, e com a disponibilização de informações confiáveis e relevantes.

288 **Fonte:** Autoria própria (2024).

289 Após a leitura e análise dos artigos, observamos que os fatores que levam as PMEs a
290 submeterem suas demonstrações financeiras para análise estão ligados a necessidade de
291 aprimorar os processos internos, de modo a aperfeiçoar os seus procedimentos para o
292 reconhecimento, mensuração e escrituração contábil e, por fim, transmitir ao mercado a sua
293 posição patrimonial e financeira de modo fidedigno, conforme Guanandy e Almeida (2017).

294 Entretanto, divulgar informação quando as empresas não possuem
295 obrigação de prestação pública de contas e ainda se submetem a passar por
296 auditoria externa contratada, pode-se esperar que essas PMEs buscam
297 aprimorar o processo contábil composto pelas etapas de reconhecimento,
298 mensuração e divulgação, esta última foco deste estudo (Guanandy e Almeida,
299 2017).

342 Segundo o autor, o exame cabal da atividade organizacional ainda permite o estudo dos
343 tempos e movimentos e um controle de qualidade permanente, e isto, por si só, já coloca a
344 empresa em uma posição estratégica.

345 Por fim, observamos de quais formas os processos de auditoria são importantes para as
346 organizações modernas, sobretudo as Médias e Pequenas Empresas, cooperando para uma
347 gestão mais bem sucedida e com resultados satisfatórios, assim como um desempenho
348 competitivo e conseqüentemente a longevidade do negócio.

349 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

350 O presente estudo refletiu sobre a relevância da auditoria independente para as
351 organizações contemporâneas, destacando os principais motivos que levam as PMEs a
352 submeterem suas demonstrações financeiras e contábeis à avaliação de auditores externos, bem
353 como os benefícios decorrentes desse processo. Embora empresas de Médio e Pequeno porte
354 não sejam obrigadas por lei a passar por auditorias contábeis, a contratação de firmas
355 independentes por PMEs, conforme observado por Cardoso e Vieira (2017), pode conferir uma
356 vantagem competitiva significativa em um ambiente competitivo acirrado. Além disso, essa
357 prática pode ser requisitada por terceiros, facilitando a obtenção de empréstimos e a atração de
358 investidores.

359 Conforme destacado por Lopes (2011), a auditoria é um instrumento essencial de gestão
360 que contribui significativamente para a revisão do controle interno das organizações. A partir
361 da identificação de práticas internas que podem ser melhoradas, a auditoria permite desenvolver
362 soluções para questões que possam prejudicar a eficiência e a competitividade da empresa.

363 Cardoso e Vieira (2017) também enfatizam que a auditoria externa não apenas fornece
364 um diagnóstico estrutural preciso, mas também promove a implementação de uma rotina de
365 análise e revisão das práticas diárias, mitigando riscos e orientando a organização para
366 resultados alinhados às normas contábeis vigentes.

367 Em suma, para as Pequenas e Médias Empresas, o parecer dos auditores desempenha
368 um papel crucial ao oferecer uma análise especializada do ambiente empresarial,
369 posicionamento financeiro e identificação de áreas de melhoria. Esse processo não apenas
370 detecta irregularidades na escrituração contábil, mas também proporciona um diagnóstico
371 personalizado das operações, apontando tanto fragilidades quanto pontos fortes que podem ser
372 explorados estrategicamente.

373 Como ressaltado por Frosi (2015), a auditoria é fundamental para aprimorar as práticas
374 contábeis das organizações, ao avaliar de forma precisa as condições patrimoniais reais e
375 possibilitar ajustes que fortaleçam a posição da empresa diante do Estado, credores,
376 investidores e sociedade em geral. Essa abordagem estratégica visa não apenas atingir metas
377 ambiciosas, mas também sustentar um crescimento e sucesso consistentes no mercado.

378 6. REFERENCIAS

379 ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: **Um Curso Moderno e Completo**. 5º ed. São
380 Paulo: Atlas, 1996.

381

382 ANDRADE, Rafael; ORIDES, Wellington; KINZLER, Edina. **Auditoria no**
383 **departamento de recursos humanos com ênfase na folha de pagamento em uma**

384 **empresa do comércio varejista de calçados.** Disponível em:<
385 https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/201710
386 [25-212904_arquivo.pdf](https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/201710)>. Acesso em: 15. abr. 2024.
387
388 ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos: **Introdução á Auditoria Operacional.** 4º ed. São
389 Paulo. FGV, 2008.
390
391 ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações.** São Paulo: Atlas, 2018.
392
393 BERTUZZE, Rosane Aparecida Christoffoli; VANIN, Tayse Neves; DENARDI, Maria
394 Aparecida; CRESTANI, Leandro de Araújo. **Auditoria externa: estudo de caso em um**
395 **comércio de peças agrícolas de médio porte, da região de Marechal Cândido Rondon.**
396 Disponível em: <
397 https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/201610
398 [19-185627_arquivo.pdf](https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/201610) >. Acesso em: 15. abr. 2024.
399
400 BRASIL, Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e
401 estabelece medidas para seu desempenho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul.
402 1965. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/leisedecretos/Port/lei4728.pdf>>.
403 Acesso em: 15 out. 2023.
404
405 CARDOSO, Aline Braga Silva; VIEIRA, Eloir Trindade Vasques. **Auditoria contábil**
406 **como instrumento de gestão para as pequenas e médias empresas.** Disponível em: <
407 https://crcgo.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/03/Artigo_Aline-Braga.pdf>. Acesso
408 em: 15. Abr. 2024.
409
410 CREPALDI, Silvio; CREPALDI, Guilherme. **Auditoria contábil: teoria e prática.** 10ª. ed.
411 São Paulo: Atlas, 2016.

412 FERREIRA, Luís Fernando Filardi; OLIVA, Fábio Lotti; SANTOS, Silvio Aparecido dos;
413 GRISI, Celso Cláudio de Hildebrand e; LIMA, Afonso Carneiro. **Análise quantitativa sobre**
414 **a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas.** Revista Gestão & Produção. São
415 Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, jul. 2012.

416 FERREIRA, Pedro Cavalcanti; VELOSO, Fernando. **O Desenvolvimento Econômico**
417 **Brasileiro no Pós-Guerra.** Disponível em:
418 [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O_Desenvolvimento_Ec](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O_Desenvolvimento_Econ%C3%B4mico_Brasileiro_no_P%C3%B3s_Guerra.pdf)
419 [on%C3%B4mico_Brasileiro_no_P%C3%B3s_Guerra.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O_Desenvolvimento_Econ%C3%B4mico_Brasileiro_no_P%C3%B3s_Guerra.pdf). Acesso em: 27 Set. 2023.
420
421 FERREIRA, Ricardo J. **Manual de Auditoria.** 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.
422
423 FROSI, Miriam. **Evolução histórica da auditoria no brasil e no mundo e as tendências**
424 **em âmbito nacional.** Disponível em:
425 <http://fabemarau.edu.br/seer/index.php/innovare/article/view/1/1>. Acesso em: 01 out. 2023
426
427 GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010
428
429 GUANANDY, Francesca Nossa; ALMEIDA José elias. **Pequenas e Médias Empresas e**
430 **Disclosure Obrigatório: Efeitos do Padrão Contábil Adotado e da Auditoria Externa.**
431 Disponível em:

- 432 <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/514.pdf>. Acesso
433 em: 15. Out. 2023.
- 434 International Federation of Accountants, **Guia de Utilização das Normas de Auditoria em**
435 **Auditorias de Entidades de Pequeno e Médio Portes**. 2 ed. 2010. Disponível em:<
436 [https://cfc.org.br/wp-](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/10_Guia_Normas_de_Auditoria_em_EPMP_volume_1_seminario-1.pdf)
437 [content/uploads/2018/04/10_Guia_Normas_de_Auditoria_em_EPMP_volume_1_seminario-](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/10_Guia_Normas_de_Auditoria_em_EPMP_volume_1_seminario-1.pdf)
438 [1.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/10_Guia_Normas_de_Auditoria_em_EPMP_volume_1_seminario-1.pdf)>. Acesso em: 09. Out. 2023.
- 439 LOPES, Vitor Hugo. **A auditoria independente como ferramenta de gestão para empresa**
440 **do setor alimentício que não está sujeita a ela**. Disponível em:
441 https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EMAE98FGBA/1/monografia_de_auditoria.pdf.
442 Acesso em: 15. Abr. 2024.
- 443 OECHSLER, Dioclécio. **Auditoria para Pequenas e Médias Empresas**. Conselho Regional
444 de Contabilidade, 2015. Disponível em: <<https://www.crcsc.org.br/noticia/view/4459>>.
445 Acesso em: 09 out. 2023.
446
- 447 OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Um estudo sobre a**
448 **contribuição das micro e pequenas na geração de emprego e renda brasileira**. Revista
449 FAE. Curitiba, v.9, n. 1, p. 95-105, jan-jun. 2006.
450
- 451 PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **Fundamento de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2007.
- 452 PINTO, Paulo Henrique Motta Zanella; PRADO, Eduardo Vieira do. **Auditoria: um**
453 **estudo de caso em uma empresa de Mogi Mirim analisando a percepção de diferentes**
454 **níveis hierárquicos sobre esta função**. Disponível em: <
455 <https://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/402/271>:. Acesso
456 em: 15. Abr. 2024.